



**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 102/2025/DCP/NGP/ AQUISIÇÃO  
DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NO ÂMBITO DA CONFIANÇA DIGITAL,  
IDENTIDADE ELETRÓNICA E INFRA-ESTRUTURA PKI DE SUPORTE À  
DESMATERIALIZAÇÃO DE FATURAÇÃO**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**





## ÍNDICE

CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO .....	4
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso .....	4
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante .....	4
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	4
Artigo 4.º Concorrentes .....	5
CAPÍTULO II PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	5
Artigo 5.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	5
Artigo 6.º Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento .....	5
Artigo 7.º Erros e omissões das peças do procedimento .....	6
CAPÍTULO III PROPOSTAS .....	7
Artigo 8.º Proposta .....	7
Artigo 9.º Agrupamento Concorrente .....	7
Artigo 10.º Propostas variantes, parciais ou condicionadas .....	8
Artigo 11.º Modo e prazo de apresentação das propostas .....	8
Artigo 12.º Assinatura eletrónica .....	8
Artigo 13.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas .....	9
Artigo 14.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	9
CAPÍTULO IV ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	9
Artigo 15.º Critério de adjudicação .....	9
Artigo 16.º Critério de desempate .....	9
Artigo 17.º Leilão eletrónico .....	10
Artigo 18.º Exclusão das propostas .....	10
Artigo 19.º Relatório preliminar de análise das propostas .....	11
Artigo 20.º Audiência prévia .....	11
Artigo 21.º Relatório final de análise das propostas .....	11
CAPÍTULO V ADJUDICAÇÃO .....	11
Artigo 22.º Notificação da decisão de adjudicação .....	11
Artigo 23.º Causas de não adjudicação .....	12
Artigo 24.º Revogação da decisão de contratar .....	12
CAPÍTULO VI HABILITAÇÃO .....	12
Artigo 25.º Documentos de habilitação .....	12
CAPÍTULO VII CELEBRAÇÃO DO CONTRATO .....	13
Artigo 26.º Redução do contrato a escrito .....	13
Artigo 27.º Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar .....	13



Artigo 28.º Aceitação da minuta do contrato .....	14
Artigo 29.º Reclamação da minuta do contrato.....	14
Artigo 30.º Outorga do contrato .....	14
Artigo 31.º Caução .....	14
CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15
Artigo 32.º Despesas inerentes à celebração do contrato.....	15
Anexo I .....	16
Anexo II .....	17
Anexo III .....	19





## **CAPÍTULO I**

### **OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

#### **Artigo 1.º**

##### **Identificação e objeto do concurso**

1 - O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de consultoria no âmbito da confiança digital, identidade eletrónica e infra-estrutura PKI de suporte à desmaterialização de faturação da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA, I.P.), de acordo com as especificações técnicas constantes do caderno de encargos, encontrando-se dividido nos seguintes lotes:

Lote 1 - Desenvolvimento e auditoria de infra-estruturas PKI e identidade digital para suporte a assinaturas qualificadas de faturas eletrónicas.

Lote 2 - Consultoria e governação de soluções eID e certificação eletrónica para massificar a faturação digital.

2 - O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado por último pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro (CCP).

3 - O objeto do presente procedimento insere-se para efeito de classificação, conforme Vocabulário Comum para Contratos Públicos (CPV), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L74, de 15 de março de 2008, no código 72000000-5 - Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio.

4 - Os interessados podem concorrer para um ou ambos os lotes.

#### **Artigo 2.º**

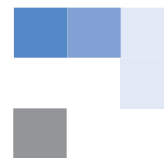
##### **Entidade pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (AMA, IP), com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 1150-294 Lisboa, com o número de telefone 21 723 12 00 e com o endereço eletrónico [www.ama.gov.pt](http://www.ama.gov.pt).

#### **Artigo 3.º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da AMA, IP, em 01 de julho de 2025.



#### **Artigo 4.º** **Concorrentes**

- 1 - Podem ser concorrentes no presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas estabelecidas no artigo 55.º do CCP.
- 2 - Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
- 3 - Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 4 - Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a AMA, IP pela manutenção da proposta.
- 5 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

### **CAPÍTULO II** **PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

#### **Artigo 5.º** **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

- 1 - A participação do concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por *Plataforma*, disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 2 - A *Plataforma* permite o acesso ao procedimento e às respetivas peças, de forma gratuita, sendo possível efetuar a consulta de todos os atos que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 - O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

#### **Artigo 6.º** **Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento**

- 1 - Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e a indicação dos erros e omissões do caderno de encargos devem ser apresentados pelos interessados, por escrito e através da plataforma, ao Júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.



- 2 - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo notificados através da *Plataforma*.
- 3 - O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
- 4 - Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na *Plataforma* e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
- 5 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 6 - Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
- 7 - Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do Caderno de Encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
- 8 - As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

#### **Artigo 7.º**

##### **Erros e omissões das peças do procedimento**

Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos, nos termos do disposto no artigo 50º do CCP.



### **CAPÍTULO III PROPOSTAS**

#### **Artigo 8.º**

##### **Proposta**

- 1 - A proposta é a declaração firme e irrevogável pela qual o concorrente manifesta à AMA, IP a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2 - A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (ver anexo I ao presente programa de procedimento);
  - b) Declaração de preço contratual, por lote, apresentando o valor unitário por hora e por perfil, elaborada em conformidade com o Anexo II ao presente programa do procedimento;
  - c) CV's e comprovativos dos elementos referidos no mesmo para cumprimento dos requisitos identificados em sede de caderno de encargos para cada perfil das equipas propostas.
- 3 - Os documentos entregues para efeitos das alíneas anteriores devem estar em conformidade com as normas do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), sendo necessário remover os dados pessoais dos elementos da equipa nos documentos comprovativos da experiência, salvaguardando a posterior identificação, imprescindível para a correta confirmação dos mesmos. A responsabilidade da expurga de dados pessoais é da inteira responsabilidade do concorrente que os submete.
- 4 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português sendo admissível a apresentação de documentos em inglês, espanhol ou francês quando o documento original for da autoria de terceiro e estiver numa dessas línguas, sendo para qualquer outro idioma exigível a apresentação de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes do proponente.
- 5 - Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante, o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante dos documentos identificados no n.º 2.

#### **Artigo 9.º**

##### **Agrupamento Concorrente**

- 1 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 2 do artigo 8.º devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou os respetivos representantes.



- 2 - Deve ainda ser junto à proposta declaração sob compromisso de honra, na qual se declare que as empresas, membros de agrupamento associados à proposta entregue, integram apenas a proposta apresentada pelo respetivo concorrente ou agrupamento.

#### **Artigo 10.º**

##### **Propostas variantes, parciais ou condicionadas**

- 1 - Não são admitidas propostas variantes.
- 2 - Não são admitidas, propostas parciais.
- 3 - Não são admitidas propostas condicionadas.

#### **Artigo 11.º**

##### **Modo e prazo de apresentação das propostas**

- 1 - As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço <https://www.acingov.pt>, até às 23:59 horas do 33.º dia a contar da data do envio do anúncio.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até ao momento referido no n.º 1 do presente artigo.
- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

#### **Artigo 12.º**

##### **Assinatura eletrónica**

- 1 - Todos os documentos carregados na *Plataforma*, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 2 - Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
- 3 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na *Plataforma* um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 4 - A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas é motivo de exclusão.





### **Artigo 13.º**

#### **Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 14.º**

#### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

- 1 - O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na *Plataforma*.
- 2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida *Plataforma*.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
- 4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

## **CAPÍTULO IV**

### **ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **Artigo 15.º**

#### **Critério de adjudicação**

- 1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação monofator, determinada pelo preço mais baixo.
- 2 - Os preços devem ser apresentados em Euros com apenas duas casas decimais e não incluem IVA.

### **Artigo 16.º**

#### **Critério de desempate**

- 1 - Em caso de empate entre as propostas, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.



- 2 - Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

**Artigo 17.º**  
**Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.

**Artigo 18.º**  
**Exclusão das propostas**

- 3 - São excluídas as propostas cuja análise revele:
- a) Que não são constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento;
  - b) Que desrespeitam manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos do disposto no artigo 8.º do presente programa de procedimento;
  - c) Que apresentam, pelo menos, um atributo que viole os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentam quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
  - d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
  - e) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
  - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
  - g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
  - h) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - i) Que sejam apresentadas por concorrentes ou, no caso de agrupamentos concorrente, relativamente a qualquer dos seus membros, em violação do disposto no artigo 55.º do CCP;
  - j) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
  - k) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas;
  - l) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa, com exceção dos previstos no n.º 3 do artigo 8.º do presente Programa de Concurso;
  - m) Que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, ou que sejam apresentadas como propostas variantes;



- n) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- o) Que não cumpram as especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos;
- p) Que incidam em qualquer outra causa de exclusão regulamentar ou legalmente prevista.

2- Só são avaliadas as propostas que não forem excluídas.

#### **Artigo 19.º**

##### **Relatório preliminar de análise das propostas**

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das causas de exclusão previstas no presente procedimento ou no Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 20.º**

##### **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, e através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a cinco dias.

#### **Artigo 21.º**

##### **Relatório final de análise das propostas**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

### **CAPÍTULO V ADJUDICAÇÃO**

#### **Artigo 22.º**

##### **Notificação da decisão de adjudicação**

- 1 - O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.



- 2 - Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
- 3 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, para prestar caução e para se pronunciar sobre a minuta do contrato a celebrar.

### **Artigo 23.º**

#### **Causas de não adjudicação**

- 1 - Não há lugar a adjudicação quando:
  - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 2 - A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

### **Artigo 24.º**

#### **Revogação da decisão de contratar**

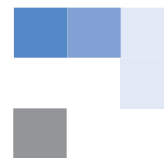
A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

## **CAPÍTULO VI HABILITAÇÃO**

### **Artigo 25.º**

#### **Documentos de habilitação**

- 1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - c) Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual.



- 2 - O Adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- 3 - Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
- 4 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de até 3 (três) dias úteis destinado ao seu suprimento.
- 5 - A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado nos números anteriores por causa imputável ao adjudicatário determina a caducidade da adjudicação.
- 6 - No caso previsto no número anterior a adjudicação será efetuada, quanto a cada lote, à proposta ordenada em lugar subsequente.

## **CAPÍTULO VII CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **Artigo 26.º**

#### **Redução do contrato a escrito**

- 1 - O contrato a celebrar, deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
- 2 - A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário, em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 22.º.

### **Artigo 27.º**

#### **Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar**

- 1 - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
- 2 - Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
  - a) A violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos, nem de aspetos da execução do contrato a celebrar por aqueles não submetidos à concorrência;
  - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.



#### **Artigo 28.º**

##### **Aceitação da minuta do contrato**

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 29.º**

##### **Reclamação da minuta do contrato**

- 1 - A reclamação da minuta do contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2 - No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 3 - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

#### **Artigo 30.º**

##### **Outorga do contrato**

- 7 - A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - c) Comprovada a prestação da caução.

#### **Artigo 31.º**

##### **Caução**

1. O adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor de 5% do preço contratual.
2. Ao prazo e modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.
3. Os modelos referentes à caução são os previstos no Anexo III ao presente programa de procedimento.

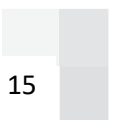


## **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 32.º**

#### **Despesas inerentes à celebração do contrato**

Correm por conta dos fornecedores as despesas inerentes à celebração do contrato.





## Anexo I

### Instruções para preenchimento do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome> importando e utilizando o ficheiro “DEUCP\_CPI\_102\_25” junto ao presente programa de procedimento.







## Anexo II

### Declaração de Preço Contratual – Lote 1

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo **preço contratual de 207.279,00€**, consumido da seguinte forma:

Perfil	FTES	Preço por hora
Consultor tecnológico estratégico	1	
Consultor tecnológico Júnior	1	
Software developer EUDI Wallet	1	
Software developer Java e Python	1	
Devop ou administrador de sistemas	1	
Consultor Tecnológico Auditorias	1	
Gestor de Projeto	1	

Às quantias acima mencionadas acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

AMA não fica vinculada ao consumo da bolsa de horas não advindo da ausência de consumo das mesmas quaisquer responsabilidades ou direito a indemnização a qualquer título.





## Anexo II

### Declaração de Preço Contratual – Lote 2

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo **preço contratual de 300.135,00€**, consumido da seguinte forma:

Perfil	FTES	Preço por hora
Coordenador / Arquiteto de Sistemas de Informação	1	
Gestor de Projeto	1	
Consultor funcional / de gestão	1	

Às quantias acima mencionadas acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

AMA não fica vinculada ao consumo da bolsa de horas não advindo da ausência de consumo das mesmas quaisquer responsabilidades ou direito a indemnização a qualquer título.



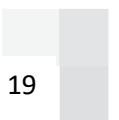
**Anexo III**  
**MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO**

**MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO**

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (nome do prestador de serviços), com sede em \_\_\_\_\_ (morada), depositar na \_\_\_\_\_ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso) em dinheiro, como caução exigida para o Contrato de \_\_\_\_\_, no âmbito do Concurso Público n.º \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]





## MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

Seguro Caução/Garantia bancária n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (prestador de serviços), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., uma garantia bancária/seguro caução à primeira solicitação até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada a caucionar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no Contrato de Serviços de \_\_\_\_\_, no âmbito do Concurso Público n.º \_\_\_\_\_, nos termos dos n.ºs 6 e 8 do artigo 90.º do Códigos dos Contratos Públicos.

A presente garantia/seguro caução corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia/seguro caução, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

O banco garante deve pagar a quantia em causa no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária/seguro caução autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro).

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]